

Com. Brasil

Bullshit!

JORNAL DA TARDE

24 ABR 1991

O governo federal, representado pelo negociador da dívida externa, Jório Dauster, pelo chefe do Departamento do Tesouro Nacional, Roberto Figueiredo, e pelo assessor especial para a dívida externa do Ministério da Fazenda, Carlos Eduardo de Freitas, reuniu em Brasília 300 dirigentes de órgãos e entidades do setor público e avisou: quem não depositar no Banco Central as parcelas de seus compromissos externos vencidos será punido rigorosamente. Estados e municípios terão retidas suas cotas do fundo de participação, estatais e órgãos públicos ficarão sem poder movimentar suas contas bancárias e todos serão incluídos nas listas dos maus devedores.

Bull shit!, como dizem os americanos.

Periodicamente, o governo Collor de Mello — e, antes dele, o governo Sarney, o governo Figueiredo, o governo Geisel... — faz uma advertência dessas, sem nenhuma consequência prática. Só para refrescar a memória, basta lembrar as duas mais recentes: antes da posse dos novos governadores, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, ameaçou governadores e prefeitos de Estados e municípios inadimplentes com cortes de verbas e outras punições; no início do ano o presidente Collor passou um pito em seus ministros por causa da inadimplência generalizada das empresas estatais e deixou claro que quem não pagasse suas contas em dia poderia perder o emprego.

Resultado real: Estados e municípios estão, em sua maioria, conseguindo rolar tranquilamente suas dívidas e conseguiram até dinheiro suplementar para novos projetos, como vimos na semana passada com o Rio de Janeiro — US\$ 100 milhões para a Linha Vermelha — e com Estados e municípios do Nordeste — Cr\$ 196 bilhões em novos subsídios variados; a ciranda do calote nas empresas públicas continua rodando — uma estatal deve à outra e todas devem cerca de US\$ 10 bilhões ao setor privado — e até agora ninguém foi demitido.

O presidente Collor está perdendo tempo com essas ameaças que, invariavelmente, não são cumpridas e só corroem a autoridade governamental. A lógica do setor estatal é uma só e não há como mudá-la: numa empresa cujo dinheiro não tem dono (é “da sociedade”, uma entidade etérea), não há quem se preocupe em administrá-lo e gastá-lo com parcimônia. Os dirigentes das estatais, sempre nomeados em função de seus compromissos com os políticos e não por suas “qualidades” técnicas ou administrativas, não têm compromisso com ne-

nhum acionista, só com suas próprias carreiras e com a de seus padrinhos políticos. É por essa lealdade que são cobrados e nunca por seu desempenho. Por isso, agem apenas em função dela. Quanto aos problemas administrativos, sabem que, se faltar dinheiro, os escravos que trabalham para pagar os impostos e sustentar o setor público podem ser extorquidos mais um pouquinho para cobrir o rombo.

Então, é o que se vê. Rouba-se desbragadamente na Previdência Social e tudo permanece mais ou menos como está. Uma empresa falida como o Lloyd Brasileiro, com dez navios arrestados no Exterior por falta de pagamento, em vez de ser fechada recebe mais recursos para continuar funcionando e dando prejuízo. Como mostrou o **Jornal da Tarde** de segunda-feira, a maioria dos Estados brasileiros, embora nade em dinheiro proveniente dos escorchantes impostos que a sociedade é obrigada a pagar, não arrecada o suficiente para pagar seus sempre crescentes quadros de funcionários e cobrir suas sempre crescentes despesas de custeio com a máquina administrativa. E quando alguém tenta enquadrar qualquer uma dessas áreas, quando alguém tenta exigir que o setor público tenha a mesma eficiência e cumpra as mesmas obrigações do setor privado, esbarra no poder da burocracia e nos interesses políticos do Congresso Nacional e dos governadores e prefeitos.

É porque não há — desde que se inventou a primeira empresa estatal — o que fazer para mudar esse quadro que o mundo inteiro está reduzindo o tamanho do Estado, privatizando e fechando empresas estatais e transferindo os serviços públicos para as mãos dos particulares. O que Collor também prometeu solenemente fazer e até agora não cumpriu. O programa de privatização, que ia começar bombasticamente pela Companhia Siderúrgica Nacional, ainda não saiu do papel mais de um ano depois de lançado. Até o lastimável governo Sarney fez mais nessa área: em quatro anos vendeu 13 estatais e faturou US\$ 540 milhões para os cofres públicos.

Enquanto continuar assim, não há “determinação rigorosa” da Presidência da República que consiga mais do que desmoralizar o presidente nem pacote antiinflacionário que consiga mais que enlouquecer os produtores do País e afastar os investidores estrangeiros. A inflação continuará a sua marcha ininterrupta para cima e a confiança nos governos (e, por tabela, na democracia) se desvanecerá num prazo cada vez menor. Até a Albânia já sabe disso.